

A questão monetária europeia no cerne da luta de classes da EU

A crise que actualmente assola os países que fazem parte da União Europeia e não apenas os da zona Euro é uma crise compósita que foi desencadeada pela crise sistémica financeira internacional, cujos efeitos têm vindo a ser alargados e aprofundados pela crise das dívidas soberanas e as subsequentes políticas deliberadamente orientadas para a destruição dos direitos humanos fundamentais.

A crise financeira internacional é sistémica porque os mecanismos de auto-regulação das ineficiências inerentes ao sistema não funcionaram, exigindo por isso a intervenção do poder político. Acontece que essa intervenção não está a corrigir os factores determinantes da crise, a saber, a apropriação pelo sector privado financeiro do poder de produzir dinheiro de forma incontrolada, através do crédito e de operações especulativas, facto que conduziu ao sobre-endividamento generalizado e subsequente situação de falência das famílias, das empresas, dos Estados. Pelo contrário, os Estados europeus foram obrigados a assumir os custos incomensuráveis e incontroláveis dos desmandos do sistema financeiro, incorporando-os nas chamadas dívidas soberanas. Caiu-se, assim, numa armadilha pois, em nome da dívida soberana estão a ser aplicadas as políticas que agravam o impacto da crise de endividamento sobre a economia real, i.e. a economia produtiva, designadamente porque estão a alargar o âmbito da crise a outras dimensões sociais, gerando pobreza, destruindo a coesão do tecido social, paralisando a administração pública e incapacitando os serviços públicos de cumprirem a sua missão, impedindo que os jovens de construir o seu futuro, expropriando reformados e trabalhadores através dos impostos, desconstruindo o direito laboral e desapropriando os cidadãos, em geral, dos direitos humanos.

Os Estados, através dos Governos, ao transferirem o poder soberano de criação de moeda para o sector financeiro privado tornaram-se reféns deste sector, permitindo-lhe exercer um poder hegemónico tanto sobre a economia como sobre a política. Com efeito, quem cria liquidez monetária pelo crédito e determina quem pode ou não usufruir dela é quem detém o poder efectivo político e económico, tanto mais que os próprios Estados lhe são devedores.

Neste contexto os Estados foram obrigados a cair na armadilha da dívida soberana, sob a ameaça de bancarrota por corte de crédito. Fechou-se, assim, o processo da inversão de

papéis entre o sector financeiro e o Estado, pois em vez de ser o sector financeiro a financiar o Estado é este que, através de políticas de extorsão dos rendimentos dos cidadãos, passou a financiar o sistema financeiro.

Os resultados dramáticos das políticas de austeridade, analisados e criticados à sociedade por cientistas, sindicalistas, profissionais das mais diversas áreas e quadrantes, por organizações internacionais e até pelo comum dos cidadãos apontam no sentido de que efectivamente o agravamento da crise é deliberado e que esse agravamento conduz ao seu alargamento em termos de expansão no âmbito social e geográfico, levando a que se introduzam medidas de austeridade em todos os países europeus, em maior ou menor grau consoante o grau de organização e a capacidade dos cidadãos em defenderem os seus direitos.

Helena Rato